

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

## NOTA ANALÍTICA

### ÁFRICA SUBSARIANA

Reforçar a segurança alimentar  
na África Subsariana

OUT  
2022



**Building A More Food-Secure Sub-Saharan Africa (Portuguese)**

October 2022 Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Analytical Note

Shushanik Hakobyan (chefe de equipa), Habtamu Fuje, Henry Rawlings,  
Ivanova Reyes, Qianqian Zhang (Departamento de África)<sup>1</sup>

Edição portuguesa  
Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI  
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

**AVISO:** As notas analíticas do FMI visam divulgar rapidamente aos países membros e à comunidade em geral a análise sucinta da instituição sobre questões económicas críticas. As opiniões expressas nas notas analíticas do FMI são as dos autores e não representam necessariamente as opiniões do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção.

**CITAÇÃO RECOMENDADA:** Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022. “Reforçar a segurança alimentar na África Subsariana.” *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Viver no limiar*, Washington, DC, outubro.

JEL Classification Numbers:	E31, E62, O11, O55, Q18, Q54
Keywords:	food insecurity; food prices; food aid; fiscal policy; social protection; climate change; agriculture; sub-Saharan Africa

<sup>1</sup> **AGRADECIMENTOS:** A edição de outubro de 2022 das notas analíticas referentes ao relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada pelos membros da Divisão de Estudos Regionais do Departamento de África, sob a supervisão de Aqib Aslam, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

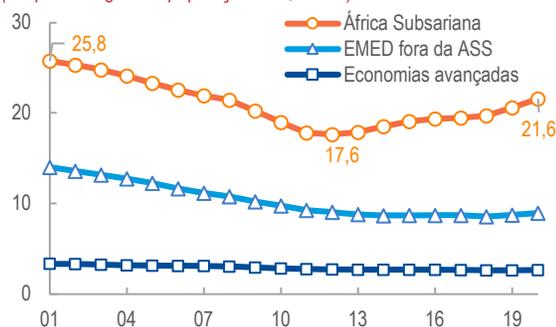
# Reforçar a segurança alimentar na África Subariana

As alterações climáticas, os choques dos preços mundiais e as circunstâncias específicas a cada país estão a provocar uma crescente insegurança alimentar na África Subariana. Em resposta à recente crise, os países recorreram às segundas melhores medidas de política de curto prazo, tais como reduções fiscais e subsídios, que deverão ser gradualmente eliminados. Em termos prospetivos, o aumento da produção agrícola resiliente às alterações climáticas e da produtividade, com o apoio sustentado da comunidade internacional, será fundamental para enfrentar os desafios em matéria de segurança alimentar, lançando ao mesmo tempo as bases para uma maior disponibilidade e acessibilidade financeiras.

## A ÁFRICA SUBSARIANA CONTINUA A SER A REGIÃO COM MAIOR INSEGURANÇA ALIMENTAR DO MUNDO

A percentagem de pessoas em situação de subnutrição tem vindo a aumentar de forma constante desde 2012, invertendo os importantes progressos realizados durante a década de 2000 (Figura 1).<sup>1</sup> A pandemia e a guerra na Ucrânia agravaram a insegurança alimentar na região, diminuindo os rendimentos, perturbando as cadeias de abastecimento mundiais e aumentando os preços dos insumos alimentares e agrícolas, em especial dos fertilizantes. Até ao final de 2022, pelo menos 123 milhões de pessoas, ou 12% da população da África Subariana, enfrentarão uma insegurança alimentar aguda (dois terços do número total de pessoas nessa situação a nível mundial), um terço das quais passou a estar em situação de insegurança alimentar aguda desde o início da pandemia (Figura 2, FMI 2022).<sup>2</sup>

**Figura 1. Prevalência da subnutrição, 2001–2020**  
(em percentagem da população total, média)



Fontes: FAOSTAT e cálculos do corpo técnico do FMI.

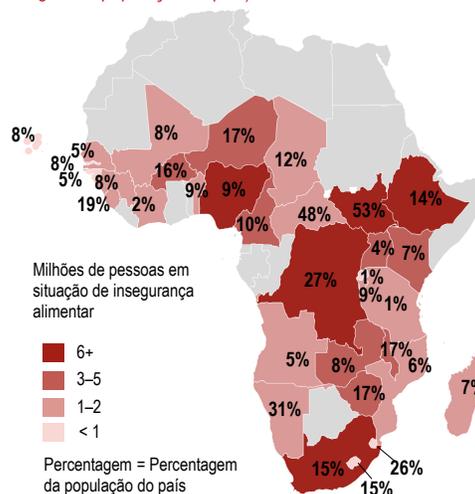
Nota: EMED fora da ASS = Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subariana.

<sup>1</sup> A maioria dos países na região registou um declínio na prevalência da subnutrição durante a década de 2000, tendo os países exportadores de petróleo realizado progressos consideráveis. A inversão desde 2012 é principalmente impulsionada por alguns países (África do Sul, Madagáscar, Nigéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo), que representam cerca de 40% da população em situação de subnutrição na região.

<sup>2</sup> A *subnutrição* ocorre quando o consumo de alimentos é insuficiente para fornecer a quantidade de energia alimentar necessária para uma vida saudável (FAO et al., 2021). A prevalência da subnutrição é o indicador tradicional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura para monitorizar a fome e tem uma ampla cobertura em todos os países e no tempo. A *insegurança alimentar aguda* – um estado mais sério do que a subnutrição – é qualquer manifestação de privação alimentar que ameaça vidas ou meios de subsistência, independentemente das causas, do contexto ou da duração. Os dados sobre a insegurança alimentar aguda são da Rede Mundial contra as Crises Alimentares (2022) e abrangem uma amostra mais pequena de países e um horizonte temporal limitado.

Entre os principais impulsionadores da insegurança alimentar na África Subariana contam-se os eventos meteorológicos extremos induzidos pelas alterações climáticas, os conflitos e os desafios de segurança que perturbam a agricultura e os choques dos preços dos produtos alimentares. A insegurança alimentar aumenta 5–20 pontos percentuais com cada inundação ou seca (capítulo 2 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subariana*, abril de 2020). Esta situação é particularmente preocupante, uma vez que um terço das secas mundiais ocorre na região e a frequência e intensidade das

**Figura 2. África Subariana: Insegurança alimentar aguda, 2022**  
(pessoas em situação de insegurança alimentar aguda em milhões, e em percentagem da população do país)



Fontes: Rede Mundial contra as Crises Alimentares (2022) e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a insegurança alimentar aguda inclui populações na Fase 3 e superior (crise alimentar, emergência e fome).

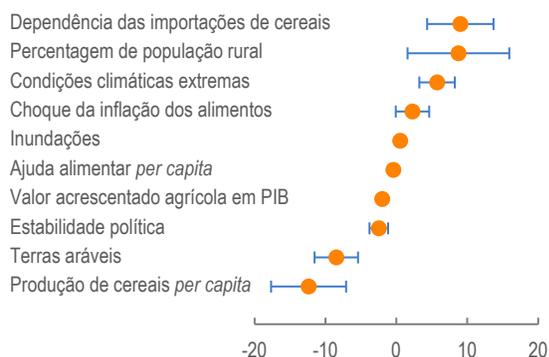
inundações e dos ciclones – que prejudicam a produção agrícola e a distribuição de produtos alimentares – estão a aumentar. Os conflitos são outro dos principais impulsionadores da insegurança alimentar aguda, ao passo que a própria insegurança alimentar provoca conflitos. Uma maior população rural e uma inflação alimentar mais elevada estão também associadas ao aumento da subnutrição, enquanto uma maior ajuda alimentar, maior valor acrescentado agrícola, maior estabilidade política, mais terras aráveis e uma maior produção de cereais se correlacionam positivamente com uma menor subnutrição (Figura 3).

A menor ajuda alimentar internacional e a maior dependência de alimentos básicos importados, em especial do arroz e do trigo, são, em parte, responsáveis pelo aumento da insegurança alimentar na última década. A ajuda alimentar internacional contribuiu significativamente para a menor prevalência de subnutrição na região durante a década de 2000. No entanto, a ajuda alimentar *per capita* diminuiu consideravelmente ao longo da última década – 30% inferior na década de 2010, em comparação com a década anterior, o que contribuiu provavelmente para o aumento da subnutrição. Além disso, a análise estatística revela que a dependência das importações de cereais tem estado associada a uma prevalência significativamente

mais elevada de subnutrição na última década. Num contexto de crescente dependência das importações de cereais e de a maioria dos países ser importador líquido de um ou mais dos seus principais alimentos básicos consumidos (milho, arroz e trigo; Figura 4), as recentes limitações da oferta mundial e os elevados preços mundiais dos produtos alimentares agravaram a insegurança alimentar.<sup>3</sup>

A atual crise de segurança alimentar poderá persistir. Em resposta aos choques internacionais dos preços dos produtos alimentares, a inflação dos produtos alimentares nacionais atingiu um máximo após seis a 12 meses, com uma transmissão de quase um para um nos alimentos básicos importados (outubro de 2022 *World Economic Outlook*; Okou, Spray e Unsal, 2022). Por conseguinte, mesmo com o abrandamento recente do aumento dos preços mundiais dos produtos alimentares, é provável que a pressão sobre os preços internos persista pelo menos até ao final do ano. Além disso, uma seca sem precedentes de quatro estações assolou a Etiópia e o Quênia, reduzindo o acesso das famílias a produtos alimentares, ao passo que os preços mais elevados dos fertilizantes estão a perturbar o fornecimento interno de produtos alimentares nesta e em futuras estações de colheita, mesmo nos países exportadores líquidos de produtos alimentares.

**Figura 3. África Subsariana: Correlações da prevalência da subnutrição, 2001–2020**  
(coeficientes beta)



Fontes: FAOSTAT; Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial; Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico; Base de Dados Internacional sobre Catástrofes e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a figura mostra as estimativas pontuais e os intervalos de confiança de 95% (com erros padrão consistentes com heteroscedasticidade) para coeficientes de um painel de regressão da prevalência de subnutrição no período de 2001-2020 num conjunto de variáveis explicativas (apresentadas), o PIB *per capita*, a taxa de pobreza, as restrições à exportação e os efeitos fixos por país e ano (não apresentados). As variáveis explicativas são normalizadas para terem um valor médio nulo e desvio padrão unitário.

**Figura 4. África Subsariana: Principal alimento básico consumido por país, 2019**



Fontes: FAOSTAT e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os países importadores líquidos são identificados como países com uma percentagem de matérias-primas de alimentos básicos no total das importações superior a 50%. Os principais alimentos básicos consumidos são identificados para cada país como fornecendo as quilocalorias *per capita* por dia mais elevadas.

<sup>3</sup> O rácio de dependência das importações de cereais (importações líquidas em percentagem da oferta total) manteve-se elevado em cerca de 40%, em média, desde 2012, depois de um aumento gradual ao longo da década de 2000.

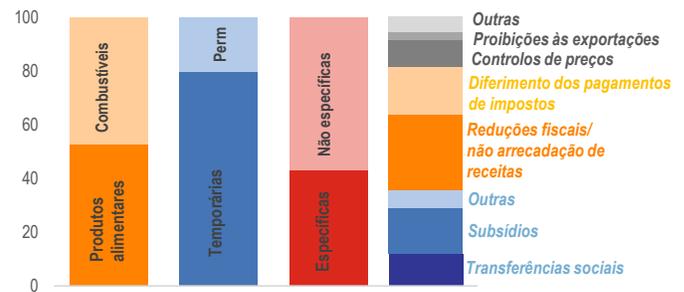
Sem programas de proteção social adequados, os países da região recorreram às segundas melhores medidas de política de curto prazo. De acordo com um inquérito recente realizado pelo FMI, 35 dos 43 países da África Subsariana inquiridos aplicaram mais de 100 medidas de política desde janeiro de 2022, em resposta aos choques dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis. A maioria das medidas é temporária e não específica e está igualmente dividida entre a melhoria da segurança alimentar e a estabilização dos preços dos combustíveis (Figura 5). Certos países adotaram medidas como a redução dos impostos sobre os produtos alimentares ou os combustíveis; a não arrecadação de receitas das tarifas de importação; o diferimento dos pagamentos de impostos, a introdução de novos subsídios aos produtos alimentares, aos combustíveis e aos fertilizantes; e os ajustamentos da massa salarial. Alguns recorreram a medidas de distorção, tais como controlos de preços e proibições de exportação.

O financiamento destas medidas de curto prazo está a exercer uma pressão adicional sobre os já limitados orçamentos públicos. O custo dessas novas medidas implementadas desde janeiro de 2022 para fazer face ao aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia ascende, em média, a 0,9% do PIB (Figura 6),<sup>4</sup> e apenas metade dos países da região tinham incluído estes custos nos seus orçamentos nacionais no momento do inquérito. Para financiar estas medidas, os governos recorreram, em geral, a receitas extraordinárias ou a empréstimos contraídos e a incorrer em atrasados. Em menor medida, dependem igualmente da redefinição das prioridades e do apoio financeiro dos doadores ou das instituições financeiras internacionais.

## O TRABALHO PARA ALCANÇAR UM FUTURO COM SEGURANÇA ALIMENTAR TEM DE COMEÇAR AGORA

A consecução da segurança alimentar no longo prazo exige estratégias integradas para enfrentar os desafios de curto prazo, estabelecendo, simultaneamente, as bases para uma maior disponibilidade e acessibilidade financeira dos produtos alimentares. Abordar a ausência de resiliência às alterações climáticas – que está subjacente de forma crítica à insegurança alimentar crónica na África Subsariana – exigirá uma definição cuidadosa das prioridades de política. No entanto, a implementação

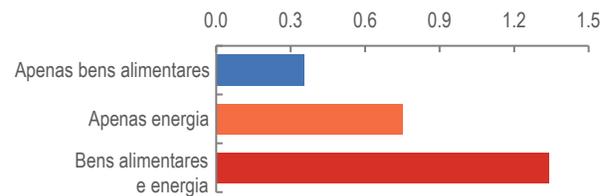
**Figura 5. África Subsariana: Medidas de luta contra o aumento dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis (percentagem do total das medidas)**



Fontes: FMI, inquérito do Departamento de Finanças Públicas e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os dados incluem medidas introduzidas desde janeiro de 2022. O inquérito foi realizado em julho de 2022.

**Figura 6. África Subsariana: Apoio do governo aos produtos alimentares e energéticos (em percentagem do PIB, média simples)**



Fontes: FMI, inquérito do Departamento de Finanças Públicas e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os dados incluem medidas introduzidas desde janeiro de 2022. O inquérito foi realizado em julho de 2022. A média dos três em todas as medidas é de 0,9% do PIB.

de várias medidas num contexto de elevados níveis de dívida, necessidades de desenvolvimento concorrentes e limitações de capacidade constituirá um desafio.

- No curto prazo e para aliviar as pressões imediatas, os países devem proteger os mais vulneráveis do aumento dos preços dos produtos alimentares através de **medidas orçamentais temporárias e, de preferência, específicas**. No entanto, estas medidas podem ser onerosas e, dado o limitado espaço orçamental, devem ser gradualmente eliminadas (Amaglobelli *et al.*, 2022).
- No médio prazo, **a capacidade e a produtividade agrícola internas resistentes às alterações climáticas** têm de ser aumentadas, o que exige investimentos consideráveis (por exemplo, melhoria das infraestruturas de irrigação) e reformas estruturais (por exemplo, a garantia dos direitos fundiários).<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Tal é comparável ao custo noutras mercados emergentes e economias em desenvolvimento e nas economias avançadas.

<sup>5</sup> Em conformidade com a Declaração de Maputo de 2014, as nações africanas comprometeram-se a consagrar pelo menos 10% da despesa pública aos produtos alimentares e à agricultura com o objetivo de promover a segurança alimentar. Mas apenas alguns países alcançaram esta meta.

A percentagem de terras aráveis cultivadas e o rendimento dos cereais são baixos por comparação com outras partes do mundo, e mesmo uma expansão modesta das terras aráveis e a redução do hiato da rentabilidade podem ter implicações significativas para a segurança alimentar. A melhoria **do acesso a financiamento e à digitalização** são fundamentais para intensificar o investimento privado na resiliência agrícola, fomentar a produtividade e melhorar a capacidade de rendimento dos agricultores de subsistência. Uma maior integração do **comércio regional** e infraestruturas de transportes resilientes podem reforçar ainda mais a disponibilidade e a acessibilidade financeira dos produtos alimentares.

- Paralelamente, **um planeamento de contingência robusto** por parte dos governos pode ajudar a gerir de forma mais eficaz a resposta aos choques em matéria de segurança alimentar. Tal inclui empréstimos contingentes, seguros contra catástrofes e programas de proteção social que podem ser alargados para chegar às pessoas vulneráveis durante as catástrofes naturais.

**É necessário intensificar o apoio internacional para reforçar a segurança alimentar na região, agora e no futuro.** No curto prazo, no âmbito da resposta de emergência, a comunidade internacional pode canalizar a ajuda alimentar para a região e ajudar a reforçar as redes de segurança social existentes e a acelerar as

intervenções específicas. Iniciativas recentes visam este objetivo, incluindo a Aliança Mundial para a Segurança Alimentar (uma iniciativa do Grupo dos Sete e do Banco Mundial que deverá mobilizar 14 mil milhões de dólares em 2022), o Grupo de Resposta à Crise Mundial de Alimentação, Energia e Finanças e o plano de ação das instituições financeiras internacionais para fazer face à insegurança alimentar. De um modo mais geral, até à data, o financiamento da ação climática em África tem sido medíocre: dos 73 mil milhões de dólares por ano de financiamento da ação climática desembolsados pelas economias avançadas no período 2016-19, apenas um quarto foi destinado a África, tendo uma parte substituído outros financiamentos do desenvolvimento anteriormente autorizado (OCDE, 2021).<sup>6</sup> Por conseguinte, antes da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2022, é urgente realizar progressos no sentido do financiamento anual da ação climática no valor de 100 mil milhões de dólares prometido pelas economias avançadas para ajudar os países em desenvolvimento. A composição do financiamento da ação climática deve também ser revista (por exemplo, aumentando o rácio donativos/empréstimos). O diálogo em curso com intervenientes regionais e internacionais contribuirá também para conceber uma agenda eficaz em matéria de segurança alimentar que seja resiliente às alterações climáticas, às limitações financeiras e aos desafios no sentido da transição para uma economia verde.

<sup>6</sup> O financiamento da ação climática desembolsado pelas economias avançadas ascendeu a 83 mil milhões de dólares em 2020 (OCDE, 2022).

# REFORÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ÁFRICA SUBSARIANA

## Região com maior insegurança alimentar no mundo



**123 M**

pessoas em situação de insegurança alimentar

**68%**

do total mundial

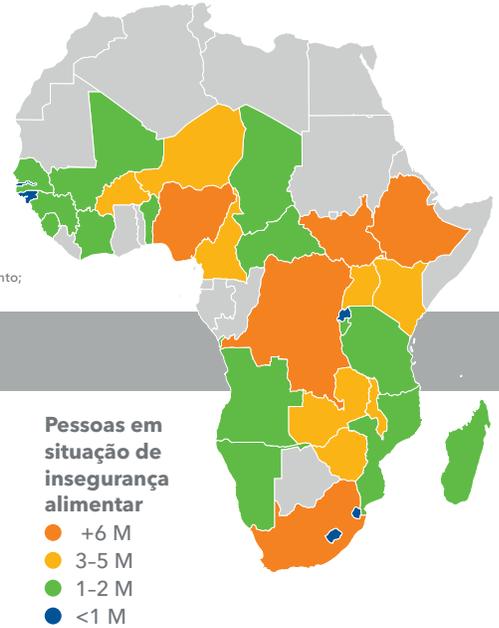
### Prevalência da subnutrição, 2012 e 2020

(em percentagem da população total, média)



EA = economias avançadas; EMED = Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; ASS = África Subsariana

### Insegurança alimentar aguda, 2022



## O clima, os choques económicos e os conflitos são os principais fatores



### Fatores de subnutrição



### Pessoas em situação de insegurança alimentar

● +6 M  
● 3-5 M  
● 1-2 M  
● <1 M

## Respostas políticas aos recentes aumentos dos preços

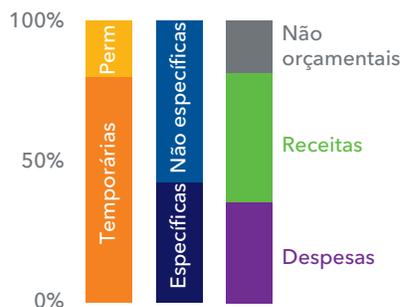


**+100**

Novas medidas orçamentais implementadas em 2022

### Medidas de luta contra o aumento dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis

(percentagem do total das medidas)



### Apoio do governo aos produtos alimentares e energéticos

(em percentagem do PIB, média simples)



## O trabalho para garantir um futuro com maior segurança alimentar deve começar agora

Aumentar a **capacidade de produção interna** através de investimentos substanciais na agricultura

Construir **resiliência contra desastres naturais** ao investir numa agricultura adaptada às alterações climáticas

Elaborar e implementar **programas de proteção social** flexíveis

Elaborar **planos de contingência** para crises alimentares

Mobilizar o **apoio internacional** para uma canalização rápida da ajuda alimentar

Conceber uma programa de segurança alimentar eficaz em **coordenação com as partes interessadas regionais e internacionais**

## Referências

- Amaglobeli, David, Emine Hanedar, Gee Hee Hong e Céline Thévenot. 2022. “Fiscal Policy for Mitigating the Social Impact of High Energy and Food Prices.” IMF Note 22/001, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM) e Organização Mundial da Saúde (OMS), 2021. “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming Food Systems for Food Security, Improved Nutrition, and Affordable Healthy Diets for All.*” Roma: FAO.
- Rede Mundial contra as Crises Alimentares (GNAFC). 2022. *2022 Global Report on Food Crises: Joint Analysis for Better Decisions*. Roma: Organização para a Alimentação e a Agricultura.
- Fundo Monetário Internacional. 2022. “Climate Change and Chronic Food Insecurity in Sub-Saharan Africa.” IMF Departmental Paper 2022/016, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC
- OCDE 2021. “Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries: Aggregate trends updated with 2019 data, Climate Finance and the USD 100 Billion Goal.” OECD Publishing, Paris.
- OCDE 2022. “Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2016-2020: Insights from Disaggregated Analysis.” OECD Publishing, Paris.
- Okou, Cedric, John Spray e D. Filiz Unsal. 2022. “Staple Food Prices in Sub-Saharan Africa: An Empirical Assessment,” IMF Working Paper 22/135, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

## NOTA ANALÍTICA

## ÁFRICA SUBSARIANA

Combater a crescente inflação  
na África Subsariana

OUT  
2022



## Tackling Rising Inflation in Sub-Saharan Africa (Portuguese)

October 2022 Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Analytical Note

Peter Kovacs (chefe de equipa), Marijn Bolhuis, Cleary Haines (Departamento de África)<sup>1</sup>

### *Edição portuguesa*

Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI  
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

**AVISO:** As notas analíticas do FMI visam divulgar rapidamente aos países membros e à comunidade em geral a análise sucinta da instituição sobre questões económicas críticas. As opiniões expressas nas notas analíticas do FMI são as dos autores e não representam necessariamente as opiniões do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção.

**CITAÇÃO RECOMENDADA:** Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022. “Combater a crescente inflação na África Subsariana.” *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Viver no limiar*, Washington, DC, outubro.

JEL Classification Numbers:	E31, E52, E43, E58, E51, E32
Keywords:	inflation; monetary policy; Sub-Saharan Africa; interest rates; prices; exchange rate; central banks

<sup>1</sup> **AGRADECIMENTOS:** A edição de outubro de 2022 das notas analíticas referentes ao relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada pelos membros da Divisão de Estudos Regionais do Departamento de África, sob a supervisão de Aqib Aslam, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

# Combater a crescente inflação na África Subariana

A inflação aumentou significativamente nos últimos dois anos, impulsionada, em grande medida, por fatores externos, incluindo os preços mundiais dos produtos alimentares, os preços do petróleo e as perturbações da cadeia de abastecimento. Uma vez que a procura interna desempenhou um papel mais limitado, devido à recuperação lenta, os bancos centrais têm, potencialmente, margem para uma abordagem mais gradual à restritividade da política monetária. No entanto, o ritmo da restritividade deve ser ajustado às alterações das expectativas de inflação, à credibilidade dos quadros de política e à dimensão das pressões cambiais.

## A INFLAÇÃO NA ÁFRICA SUBSARIANA É, EM GRANDE MEDIDA, IMPULSIONADA POR FATORES EXTERNOS

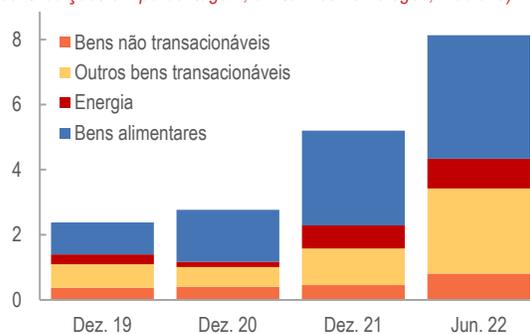
A inflação tem vindo a aumentar na África Subariana desde o início da pandemia. A inflação mediana ascendeu a 9% em julho de 2022, por comparação com uma média pré-pandemia (2009–2019) apenas ligeiramente superior a 5%. Embora a inflação se encontre atualmente no seu nível mais elevado numa década, permanece abaixo do pico de 12% (mediana) registado na região durante a crise financeira mundial.

Com pressões limitadas sobre a procura interna, os fatores externos – como os preços mundiais das matérias-primas e as perturbações na cadeia de abastecimento – têm sido os principais impulsionadores da inflação ao longo do último ano<sup>1</sup>.

- **A inflação dos produtos alimentares aumentou acentuadamente desde 2019** (Figura 1). Dado que muitos países na região dependem das importações de produtos alimentares, a recente subida dos preços internacionais dos produtos alimentares agravou a pressão sobre os preços internos destes produtos. Por conseguinte, a inflação dos produtos alimentares situou-se, em média, acima dos 10% desde o segundo semestre de 2021, o que contribuiu em até dois terços para a inflação em Estados frágeis e em metade noutros países. No entanto, mesmo para esta componente, existe uma heterogeneidade significativa entre países, o que sugere que fatores internos, como os choques climáticos, também desempenharam um papel importante.
- **Até agora, a inflação interna dos produtos energéticos manteve-se contida.** Tal sugere uma transmissão bastante incompleta, provavelmente devido a subsídios e a controlos de preços. No entanto, em

**Figura 1. África Subariana: Impulsionadores da inflação global, 2019–2022**

(contribuições em percentagem, em termos homólogos, mediana)



Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: utilizando dados mensais para 28 países da África Subariana, com base no trabalho de Choi e M'boueke, 2022 (no prelo).

muitos países, os preços dos produtos energéticos mais elevados a nível mundial têm sido transmitidos indiretamente, afetando os produtos alimentares e a inflação subjacente.

- **A inflação subjacente de bens não transacionáveis, que reflete melhor as pressões do lado da procura interna e as expectativas de inflação, tem-se mantido relativamente moderada.** Os bens transacionáveis têm contribuído significativamente para a inflação subjacente, ao passo que os preços dos bens e serviços não transacionáveis aumentaram apenas moderadamente. O aumento modesto do contributo dos bens não transacionáveis pode refletir o facto de as pressões da procura interna terem permanecido moderadas em toda a região e de o produto ainda estar muito abaixo da sua tendência anterior à COVID-19. Posto isto, as pressões da procura interna continuam a ser importantes em alguns países onde a política orçamental tem sido flexível (por exemplo, a Etiópia e o Gana).

**Não obstante o papel mais importante desempenhado pelos choques da oferta, os bancos centrais ainda têm de acompanhar de perto os efeitos de segunda ordem**

<sup>1</sup> A conclusão sobre o papel limitado da procura interna é confirmada por uma regressão econométrica da variação da inflação global dos preços internacionais dos produtos alimentares, dos preços do petróleo, do Índice da Pressão da Cadeia de Abastecimento Mundial do New York Fed, e das taxas de câmbio. Esta análise mostra que: 1) os fatores externos têm um grande poder explicativo e 2) os resíduos (que captam os fatores internos) não se situaram acima da média no período recente.

da inflação importada. Com a elevada percentagem de produtos alimentares, da energia e de bens transacionáveis nos cabazes de consumo, os grandes movimentos nos preços mundiais e nas taxas de câmbio podem resultar em grandes oscilações no custo de vida, o que poderá contribuir para maiores reivindicações salariais e um subsequente aumento dos preços. Por conseguinte, mesmo que o choque mundial inicial seja temporário, a inflação dos produtos alimentares e dos produtos energéticos pode ainda ter um impacto significativo e duradouro nas expectativas de inflação – uma variável fundamental que é difícil de medir na maioria dos países africanos (capítulo 3 de *World Economic Outlook*, outubro de 2011). Esta afeta também de forma desproporcionada as famílias mais pobres, uma vez que estes produtos essenciais representam uma maior percentagem dos seus cabazes de consumo.

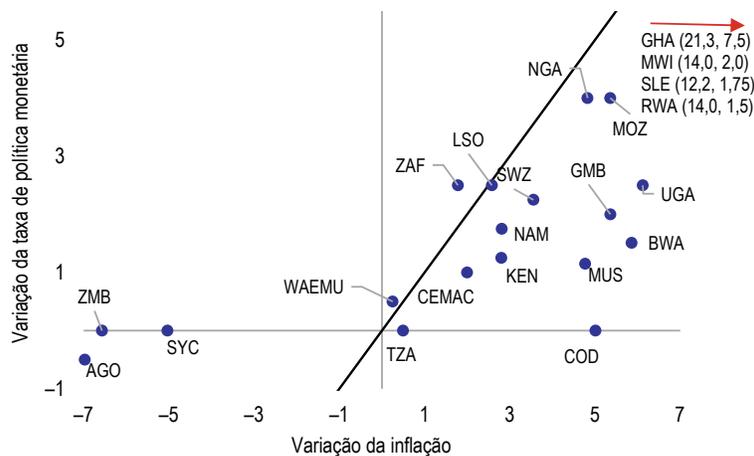
Apesar dos progressos consideráveis alcançados nas últimas décadas, a credibilidade da política monetária na África Subsariana continua a ser, em geral, fraca e as expectativas inflacionistas estão menos bem ancoradas do que nas economias avançadas. A inflação global dos preços no consumidor registou, em geral, uma tendência descendente ao longo das duas últimas décadas, o que reflete a melhoria das políticas macroeconómicas. Muitos países reforçaram a independência dos bancos centrais, reduziram o domínio orçamental e melhoraram os canais de transmissão da política monetária. No entanto, os quadros de política continuam a ser relativamente fracos em alguns países e os elevados níveis de dívida podem aumentar as perspetivas de financiamento monetário futuro do défice orçamental (Unsal, Papageorgiou e Garbers, 2022). Estes fatores tendem a minar a credibilidade do banco central no

combate à inflação, tornando mais prováveis os efeitos de segunda ordem dos choques externos e reduzindo a eficácia da política monetária.

### A MAIORIA DOS BANCOS CENTRAIS DEVE TORNAR AS SUAS POLÍTICAS MAIS RESTRITIVAS, MAS O RITMO DEPENDERÁ DE FATORES ESPECÍFICOS DE CADA PAÍS

A manutenção da estabilidade macroeconómica e a preservação da tão duramente conquistada credibilidade de política são fundamentais para um desenvolvimento económico sustentado. Embora as pressões sobre a procura interna tenham desempenhado um papel limitado até agora, o aumento da inflação interna e a rápida eliminação das políticas monetárias acomodatórias nas economias avançadas estão a obrigar a maioria dos bancos centrais da África Subsariana a restringir a política monetária. Mais de dois terços das economias da África Subsariana já começaram a aumentar as taxas de juro diretoras desde o segundo semestre de 2021 (por exemplo, Gana, Maláui, Moçambique, Nigéria, Quênia Uganda, União Económica e Monetária da África Central, União Económica e Monetária da África Ocidental). Ademais, as reservas dos bancos comerciais nos bancos centrais desaceleraram significativamente em relação ao máximo observado no início da pandemia. Os países com pressões inflacionistas mais acentuadas tornaram-se, de um modo geral, mais restritivos. Contudo, até agora, a subida das taxas de juro diretoras não tem sido proporcional ao aumento da inflação, o que indica que as taxas de juro reais de curto prazo (medidas ex post) continuam a descer em muitos países (Figura 2).

**Figura 2. África Subsariana: Variação da taxa de política monetária e de inflação desde dezembro de 2021 (em percentagem)**



Fontes: FMI, International Financial Statistics e Haver Analytics.

Nota: Dados relativos à inflação e às taxas de juro diretoras atualizados no final de setembro de 2022. As etiquetas de dados utilizam os códigos de país da Organização Internacional de Normalização.

Com que rapidez devem os bancos centrais tornar as suas políticas mais restritivas? Cada país é diferente e o ritmo apropriado da resposta depende das circunstâncias nacionais:

- Os bancos centrais em muitos países devem subir as taxas de juro diretoras de forma cautelosa, uma vez que a recuperação é ainda frágil e as pressões sobre a procura interna não constituíram um importante impulsionador da inflação para a maioria dos países. Em termos prospetivos, espera-se que a procura permaneça moderada, devido nomeadamente à consolidação orçamental. No entanto, os países devem manter-se atentos à evolução da inflação (para detetar a emergência de efeitos indiretos) e ao nível das reservas cambiais.
- Alguns países poderão ter de introduzir a **restritividade mais rapidamente ou de forma mais determinada**, nomeadamente: 1) os países onde as **pressões sobre a procura interna** são agudas ou a inflação é muito elevada (Etiópia, Gana, Maláui, Nigéria, Zimbabué) – devido a um historial de desequilíbrios internos ou ao surgimento de pressões inflacionistas de segunda ordem; 2) os países com **quadros de política monetária menos credíveis** onde as expectativas de inflação estão menos bem ancoradas; e 3) os países que registam **grandes fluxos de saída de capital e uma depreciação cambial rápida**, que induzem a inflação através do aumento dos preços das importações e da desancoragem das expectativas.
- Embora os países com paridades cambiais ou flutuações fortemente geridas tenham, até à data, registado uma inflação mais baixa (em particular nos bens transacionáveis) do que os países com taxas de câmbio mais flexíveis<sup>2</sup>, a sua capacidade para controlar o ritmo da restritividade da política monetária é limitada pelo seu acordo cambial.

**Será difícil?** O produto na África Subsariana continua a ser significativamente inferior à sua tendência pré-pandemia. Os bancos centrais enfrentam, assim, um equilíbrio difícil entre apoiar a recuperação e conter a inflação. A análise empírica utilizando a metodologia Ball sugere que, no passado, o rácio de sacrifício dos países da África Subsariana tem sido inferior ao das

economias avançadas<sup>3</sup>. De acordo com a literatura, este resultado pode refletir o facto de a oferta ser muitas vezes mais rígida nas economias em desenvolvimento devido a várias limitações de capacidade<sup>4</sup>. No entanto, há razões para crer que os custos de desinflação podem ser mais elevados no contexto atual: em primeiro lugar, a redução da procura interna resultante da restritividade da política monetária agravará as dificuldades sociais existentes decorrentes da insegurança alimentar e da pandemia; em segundo lugar, o abrandamento do crescimento mundial significa que a procura externa não proporcionará qualquer compensação; em terceiro lugar, a grande dimensão dos recentes choques mundiais sobre a oferta aumenta o risco de desancoragem das expectativas de inflação comparativamente a episódios inflacionistas passados. De um modo geral, os responsáveis políticos devem avaliar as soluções de equilíbrio específicas por país, acompanhando de perto a evolução e as expectativas em matéria de inflação.

**Qual é o papel das outras políticas?** A perspetiva de novos fluxos de saída de capital significativos constitui uma grande preocupação para muitos bancos centrais. Em muitos países com taxas de câmbio flexíveis, a **depreciação** poderá absorver parte do choque e contribuir para o ajustamento macroeconómico, aliviando a pressão do aumento das taxas. A Avaliação do Equilíbrio Externo do FMI mais recente mostra que, em muitos países da África Subsariana, as posições externas são mais fracas do que o justificado pelos fundamentos e a taxa de câmbio mediano do país tende a ser sobreavaliada (“The Role of Foreign Exchange Intervention in Sub-Saharan Africa’s Policy Tool Kit,” Nota Analítica das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, abril de 2022). No entanto, os grandes movimentos cambiais que resultam em inflação volátil podem desancorar as expectativas de inflação e comprometer a estabilidade financeira, em especial nos países com uma exposição significativa em moeda estrangeira nos seus balanços dos setores público e privado. Nestas circunstâncias, a **intervenção cambial** para reduzir a volatilidade excessiva poderá justificar-se para ajudar a preservar a estabilidade dos preços internos, mas apenas nos países com reservas internacionais suficientes<sup>5</sup>. Nos poucos países com uma política orçamental excessivamente flexível, a **consolidação orçamental** deve fazer parte da estratégia de desinflação.

<sup>2</sup> A inflação mediana mensal foi em média 5,5% nos países com paridade cambial em comparação com 9,5% nos países com um regime de câmbio flutuante, entre Janeiro e Julho de 2022.

<sup>3</sup> O “rácio de sacrifício” refere-se às perdas de produto observadas numa determinada descida da tendência de inflação.

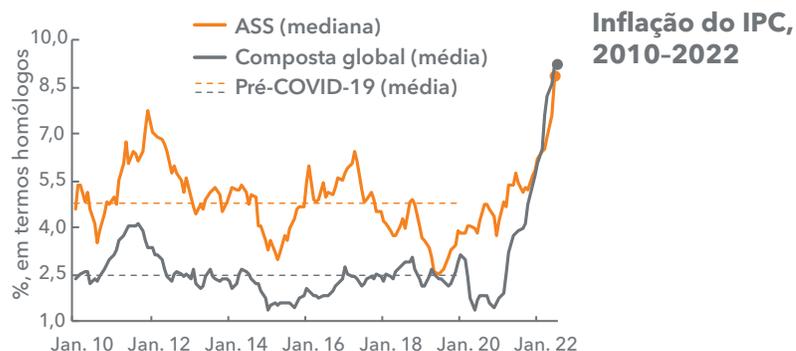
<sup>4</sup> Assim, os rápidos aumentos da procura podem gerar pressões intensas sobre os preços e, simetricamente, a desinflação pode ser alcançada através de uma contração mais modesta da procura.

<sup>5</sup> Atualmente, um quarto dos países tem reservas inferiores a 3 meses de importações e mais de três quartos têm reservas inferiores a 5 meses.

# COMBATER A CRESCENTE INFLAÇÃO NA ÁFRICA SUBSARIANA

## A inflação está a subir

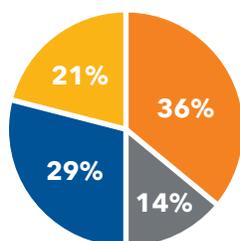
A inflação na África Subsariana tem vindo a **aumentar**, com os países que usam um regime de câmbio flutuante a registar quase o dobro da taxa de inflação dos países com paridade cambial.



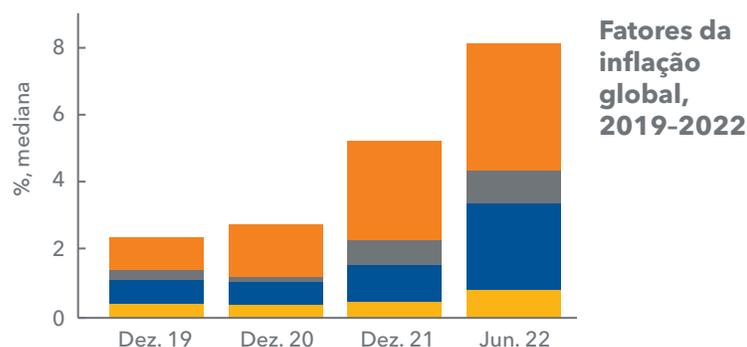
## A inflação é impulsionada por fatores externos

Os **produtos alimentares e bens transacionáveis** são os principais responsáveis pela inflação global, representando uma parte elevada do cabaz de consumo.

**Cabaz de consumo da África Subsariana**



Alimentos Energia Outros bens transacionáveis Bens não transacionáveis



## Os países devem implementar uma resposta adaptada ao seu contexto para travar a subida da inflação

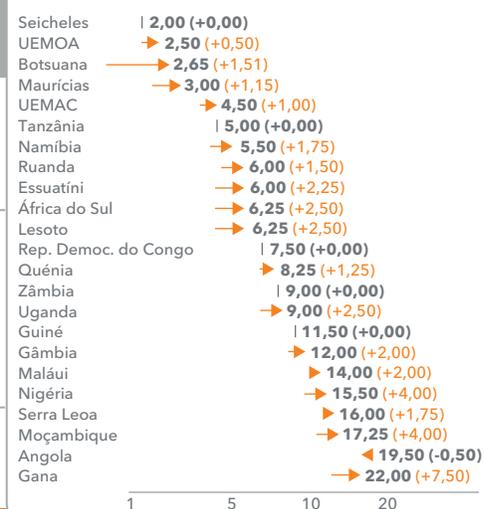
As autoridades devem **apertar gradualmente** as condições financeiras enquanto **monitorizam os efeitos indiretos**.

O **ritmo do aperto monetário** irá depender de fatores específicos ao país, incluindo:

- » Pressões sobre a procura interna
- » Credibilidade da política monetária
- » Regime cambial
- » Variações das taxas de câmbio

**Subida da taxa diretora**  
(em percentagem, variação da taxa de juro diretora desde 2022)

ASS = África Subsariana; CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; IPC = índice de preços no consumidor; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana



## Referências

- Ball, Laurence. 1994. "What Determines the Sacrifice Ratio?," NBER Chapters, in: Monetary Policy, 155-193, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Choi, Seung Mo e M'boueke, Samson. "Recent Inflation Surge in Sub-Saharan Africa: Drivers and Policy Options." IMF Working Paper, no prelo.
- Nguyen, Ahn D.M., Jemma Dridi, Filiz Unsal e Oral Williams. 2015. "On the Drivers of Inflation in Sub-Saharan Africa." IMF Working Paper 15/189, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Unsal, D. Filiz, Chris Papageorgiou e Hendre Garbers. 2022. "Monetary Policy Frameworks: An Index and New Evidence." IMF Working Paper 22/22, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

## NOTA ANALÍTICA

### ÁFRICA SUBSARIANA

Gerir a incerteza dos preços do petróleo  
e a transição energética

OUT  
2022



**Managing Oil Price Uncertainty and the Energy Transition (Portuguese)**

October 2022 Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Analytical Note

Hany Abdel-Latif (chefe de equipa), Henry Rawlings, Ivanova Reyes,  
Qianqian Zhang (Departamento de África)<sup>1</sup>

*Edição portuguesa*

Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI  
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

**AVISO:** As notas analíticas do FMI visam divulgar rapidamente aos países membros e à comunidade em geral a análise sucinta da instituição sobre questões económicas críticas. As opiniões expressas nas notas analíticas do FMI são as dos autores e não representam necessariamente as opiniões do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção.

**CITAÇÃO RECOMENDADA:** Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022. “Gerir a incerteza dos preços do petróleo e a transição energética.” *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Viver no limiar*, Washington, DC, outubro.

JEL Classification Numbers:	O13, Q32, Q33, Q43, Q54, E62
Keywords:	oil price volatility; procyclical fiscal policy; energy transition

<sup>1</sup> **AGRADECIMENTOS:** A edição de outubro de 2022 das notas analíticas referentes ao relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada pelos membros da Divisão de Estudos Regionais do Departamento de África, sob a supervisão de Aqib Aslam, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

## Gerir a incerteza dos preços do petróleo e a transição energética

A volatilidade dos preços das matérias-primas constitui um desafio persistente para as políticas orçamentais na África Subariana, uma vez que as receitas extraordinárias impulsionam as despesas pró-cíclicas. Excedentes orçamentais de até 1% do PIB ao ano permitiriam aos países exportadores de petróleo acumular reservas suficientes para se protegerem contra grandes choques de preços. Além disso, os esforços mundiais para abandonar a dependência dos combustíveis fósseis representam um novo desafio. A região terá de acompanhar cuidadosamente a transição e gerir os custos do ajustamento utilizando cenários orçamentais de médio prazo sólidos e políticas que incentivem o desenvolvimento do setor privado.

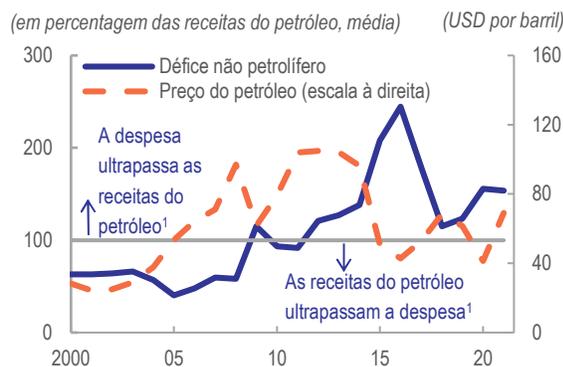
### A VOLATILIDADE DOS PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS COMPLICA SIGNIFICATIVAMENTE A POLÍTICA ORÇAMENTAL

A volatilidade dos preços do petróleo conduz a políticas orçamentais pró-cíclicas e a poupanças insuficientes. Nos últimos dois anos, os preços do petróleo flutuaram de um mínimo de 23 dólares por barril para um máximo de 115 dólares por barril. Com as receitas do petróleo a atingir, em média, quase 60% do total das receitas fiscais dos países exportadores de petróleo na região (2000–21)<sup>1</sup>, os preços elevados e as grandes receitas extraordinárias têm, normalmente, provocado aumentos das despesas consideráveis e difíceis de inverter. De facto, os países não poupam suficientemente em períodos favoráveis para se protegerem contra futuros choques negativos sobre os preços do petróleo. Desde 2011, os países exportadores de petróleo na região gastaram, em média, mais de 100% das suas receitas do petróleo

nos anos em que acumulam, o que exige um maior endividamento ou o levantamento de ativos financeiros para sustentar as despesas em tempos difíceis (Figura 1). As projeções do corpo técnico sugerem que esses padrões deverão manter-se até 2022 em quase metade dos países exportadores de petróleo da África Subariana (Figura 2).

A volatilidade dos preços do petróleo pode travar o crescimento e aumentar as vulnerabilidades da dívida. Historicamente, os países exportadores de petróleo na África Subariana também têm enfrentado uma dinâmica de crescimento mais lenta, em parte devido a políticas e despesas intermitentes, com um crescimento 2% menor por ano do que os países pobres em recursos naturais durante o período de 2011–2020, e com quase o dobro da volatilidade do crescimento. De acordo com o Banco Mundial, o serviço da dívida total (enquanto percentagem do RNB) nos países exportadores de

**Figura 1. Países exportadores de petróleo da África Subariana: Déficit não petrolífero e preços do petróleo, 2000–2021**



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; base de dados sobre matérias-primas do Banco Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

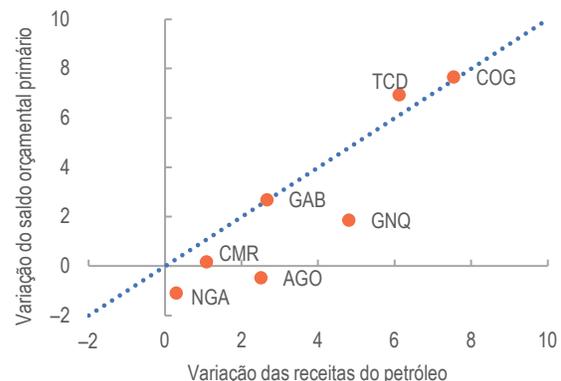
Nota: média de oito países exportadores de petróleo da África Subariana. O rácio do déficit não petrolífero é um indicador da propensão dos governos para gastarem as receitas do petróleo.

<sup>1</sup> A despesa é líquida de receitas não petrolíferas.

<sup>1</sup> Os oito países da África Subariana exportadores de petróleo são: Angola, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria, República do Congo e Sudão do Sul.

**Figura 2. Países exportadores de petróleo da África Subariana Variação das receitas do petróleo e saldo primário, 2021–2022**

(em percentagem do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI

Notas: a linha tracejada indica uma linha de 45 graus; o Sudão do Sul não é apresentado no gráfico; as etiquetas de dados utilizam os códigos de país da Organização Internacional de Normalização.

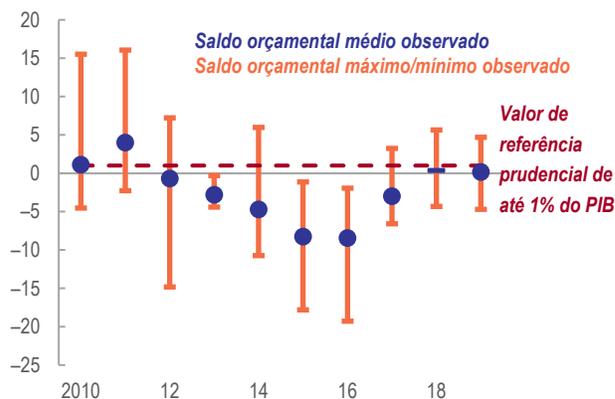
petróleo foi também quase duas vezes superior ao de outros países da África Subariana e, desde 2012, três outros países exportadores de petróleo tiveram de enfrentar um elevado risco de sobre-endividamento ou passaram para a situação de sobre-endividamento. Questões semelhantes afetam outros países exportadores de matérias-primas, embora o petróleo seja provavelmente o exemplo mais marcante.

## POUPAR PARA PROTEGER CONTRA A VOLATILIDADE DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

Quanto devem poupar os países exportadores de petróleo<sup>2</sup>? Em 2020, os fundos soberanos dos países exportadores de petróleo da região detinham ativos de apenas 1,8% do PIB, muito abaixo dos 72% registados no Médio Oriente e no Norte de África. A acumulação de maiores reservas financeiras que permita uma despesa pública mais uniforme, ao mesmo tempo que assegura proteção contra movimentos extremos dos preços das matérias-primas, ajudaria os governos a alcançar uma política orçamental menos pró-cíclica e mais prudente. A análise baseada na volatilidade das receitas passadas e num modelo de valor em risco (VaR) sugere que, para se proteger contra choques adversos nos preços e diminuições repetidas das receitas ao longo de um período de três anos, o país produtor de petróleo médio teria de acumular reservas equivalentes a 5–10% do PIB, o que exigiria a geração de excedentes orçamentais anuais (entre 0 a 1% do PIB) ao longo de um período de 10 anos<sup>3</sup>. Embora vários países exportadores de petróleo da África Subariana tenham conseguido obter excedentes orçamentais durante o período de 2010–2019, os seus saldos orçamentais foram, em média, demasiado baixos para constituir reservas suficientes (Figura 3).

Como deve ser alocada a poupança: aumentar os ativos financeiros ou reduzir a dívida? Trata-se de uma questão complexa. Os fatores específicos de cada país determinam normalmente a alocação ideal das poupanças, incluindo o hiato entre a rentabilidade dos ativos financeiros e os custos de empréstimos obtidos, e as respetivas respostas a choques. Posto isto, para muitos países na região, a redução do stock da dívida talvez seja a melhor opção neste momento, tendo em conta as elevadas vulnerabilidades de sobre-endividamento e

**Figura 3. Países exportadores de petróleo da África Subariana: Valor de referência prudencial e saldos orçamentais efetivos, 2010–19**  
(em percentagem do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: o valor máximo/mínimo refere-se ao intervalo de variação do saldo orçamental do país.

outros efeitos adversos decorrentes da dívida elevada (por exemplo, a ligação entre o Estado e o setor bancário, a exclusão do setor privado). Nos casos em que os riscos da dívida são mais bem contidos, poderá ser desejável uma certa acumulação de ativos financeiros, uma vez que os orçamentos dos países produtores de petróleo são muito vulneráveis a choques de preços e o acesso ao mercado torna-se frequentemente mais difícil em períodos desfavoráveis.

## GERIR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E INVESTIR NUM FUTURO MAIS ECOLÓGICO EXIGIRÁ OPÇÕES DE POLÍTICA CUIDADOSAS

É provável que as medidas de política a nível mundial destinadas a mitigar as alterações climáticas conduzam a novos padrões de investimento estrangeiro e de fluxos de financiamento para países exportadores de matérias-primas na região. O desafio para as economias ricas em recursos na região tem sido normalmente a forma de tirar partido das suas dotações de recursos naturais para transformar as suas economias e melhorar as condições de vida. No entanto, à medida que a economia mundial se orienta para a energia verde, estas economias enfrentam um novo desafio de como

<sup>2</sup> Os instrumentos de mercado de garantia contra flutuações dos preços das matérias-primas (tais como derivados ou dívida subordinada ao Estado) não são discutidos nesta nota, uma vez que podem não ser a melhor primeira linha de defesa para países com mercados financeiros mais superficiais e uma capacidade de gestão de riscos reduzida.

<sup>3</sup> O modelo de valor em risco é utilizado para estimar as reservas necessárias para cobrir três anos consecutivos de diminuição das receitas provocada por grandes choques nos preços das matérias-primas em níveis de significância de 5% e 10%. O “valor de referência prudencial” é o saldo orçamental global que é necessário manter ao longo de um período de 10 anos para, no final, acumular uma reserva de 5% a 10% do PIB. Para mais pormenores sobre a metodologia, ver FMI (2012).

reduzir a sua dependência orçamental das receitas e das receitas extraordinárias dos combustíveis fósseis, cuja diminuição ao longo do tempo é provável, uma vez que a procura de energia a nível mundial é cada vez mais satisfeita por fontes alternativas.

Os países exportadores com os custos de extração mais elevados estarão entre os primeiros a ser afetados, uma vez que uma procura mais fraca e a diminuição do preço das matérias-primas ao longo do tempo conduzem a um menor investimento, menos exploração e à estagnação das reservas. Para os países que dependem fortemente das receitas do petróleo e cuja produção de petróleo ultrapassa os 30% do PIB (Angola, Guiné Equatorial, Sudão do Sul) a transição constituirá um desafio se não estiverem devidamente preparados. Num cenário conservador, os países exportadores de petróleo na região assistirão à diminuição das suas receitas do petróleo, em percentagem das receitas totais, em um quarto do seu nível atual até 2030 e para mais de metade até 2050 (Figura 4)<sup>4</sup>.

A transição energética exigirá políticas integradas para enfrentar os desafios de curto prazo, lançando, ao mesmo tempo, os fundamentos para uma maior diversificação:

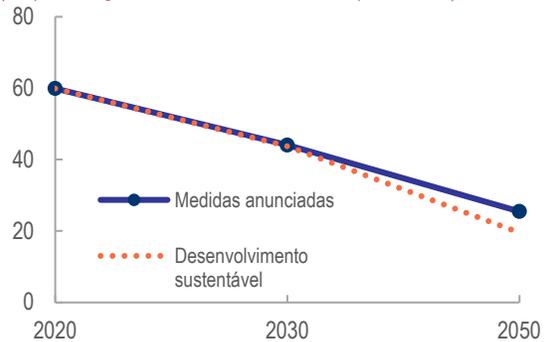
- Primeiro, a melhoria da eficiência da despesa pública, a mobilização de melhores receitas internas e a reforma dos subsídios à energia continuam a ser uma das principais prioridades para as economias ricas em recursos naturais com vista a compensar as diminuições esperadas das receitas. A qualidade das infraestruturas continua a ser uma das mais baixas do mundo. De acordo com os indicadores compilados pelo Banco Mundial no âmbito do projeto ASPIRE, apesar das receitas extraordinárias, os 20% mais pobres da população nos países exportadores de petróleo receberam, historicamente, apenas 6% das prestações sociais, por comparação com 12% no resto da região. Os subsídios à energia, que ascendem, em média, a 2,5% do PIB dos países exportadores de petróleo na África Subsariana e apoiam grupos de rendimentos mais elevados, devem ser igualmente eliminados, a fim de aliviar as pressões orçamentais<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> A descida estimada é consistente com os resultados apresentados no *Fiscal Monitor* de outubro de 2019 (Anexo 1.10). Nesse exercício, os países exportadores de petróleo registariam uma diminuição das suas receitas do petróleo para metade até 2040.

<sup>5</sup> Os dados referem-se a subsídios implícitos e explícitos para 2021 retirados da base de dados do FMI sobre os subsídios aos combustíveis fósseis.

<sup>6</sup> De acordo com o Índice de Competitividade Global, os países exportadores de petróleo da África Subsariana classificam-se, em média, no 125.º lugar, ao passo que outros países da África Subsariana se situam, em média, no 109.º lugar. Comparativamente com outras regiões, a África Subsariana regista um desfazamento em múltiplas frentes, incluindo o ambiente propício aos negócios (instituições, infraestruturas, adoção de tecnologias de comunicação e informação, estabilidade macroeconómica), capital humano e ecossistema de inovação (dinamismo empresarial, capacidade de inovação).

**Figura 4. Países exportadores de petróleo da África Subsariana: Cenários de receitas orçamentais**  
(em percentagem das receitas totais, médias ponderadas)



Fontes: estimativas do corpo técnico do FMI com base nos cenários de produção mundial de petróleo do World Energy Outlook de 2021 da Agência Internacional da Energia.

Nota: o cenário conservador de “políticas definidas” pressupõe que os governos podem não atingir todas as metas anunciadas em matéria de redução das emissões. No cenário de “desenvolvimento sustentável”, as economias avançadas alcançam as emissões líquidas nulas até 2050.

- Segundo, a implementação de cenários orçamentais de médio prazo sólidos e de estratégias de alocação de ativos pode ajudar a assegurar uma gestão prudente da riqueza baseada nas matérias-primas para evitar ciclos de expansão/contração desencadeados pela volatilidade dos preços, incluindo quanto poupar e como utilizar essas poupanças.
- Terceiro, o compromisso para com reformas de médio prazo centradas na diversificação económica e na transformação estrutural através da identificação de vantagens comparativas implicará a melhoria do ambiente regulamentar e de negócios para apoiar o comércio, incentivando as atividades do setor privado e desenvolvendo os setores dos combustíveis não fósseis, incluindo a produção de energias renováveis<sup>6</sup>.
- Quarto, a melhoria contínua da governação e das instituições (por exemplo, as práticas de negócios nos setores associados e não associados aos recursos naturais) poderá ajudar a atrair investimento para o setor privado para financiar a transição.

- Quinto, os países ricos em minerais necessários para as tecnologias verdes (como o cobre no Gabão e o manganês na República do Congo) e com grandes reservas de gás natural (como Moçambique e a Nigéria) devem **explorar as novas oportunidades que a transição energética oferece**.
- Sexto, **a promoção da colaboração intrarregional e do comércio de energia** poderá facilitar a transição, tendo em conta a distribuição desigual das dotações de recursos naturais necessárias para a produção de energias renováveis, como a energia hidroelétrica e a energia eólica.

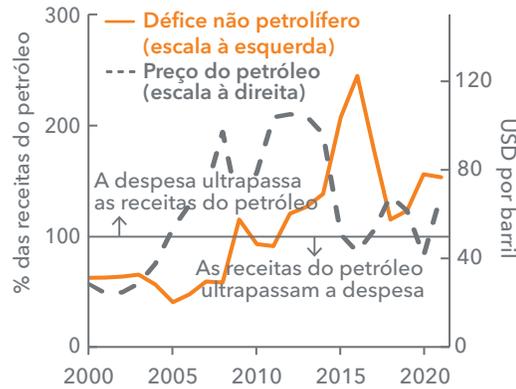
A **transição ecológica** apresenta enormes oportunidades, mas **requerirá o apoio internacional**. A contribuição da África Subsariana para as emissões de gases com efeito de estufa é mínima (cerca de 2 a 3% das emissões acumuladas de CO<sub>2</sub> a nível mundial). No entanto, a região suporta um custo desproporcionado devido à maior frequência de catástrofes naturais. A adaptação às alterações climáticas implicará um reforço da assistência social e do investimento. É igualmente provável que o desenvolvimento de tecnologias verdes e a transformação estrutural da economia exacerbem as necessidades de despesa. Tudo isto exigirá um financiamento significativo, sendo essencial o apoio da comunidade internacional (como um maior financiamento da ação climática em condições concessionais).

# GERIR A INCERTEZA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A volatilidade dos preços das matérias-primas é um desafio para a política orçamental

## Exportadores de petróleo da África Subsaariana desde 2011

- 60%** da receita orçamental provém do **petróleo**
- 2%** de crescimento do que nos outros países da ASS
- 100%** das receitas do petróleo



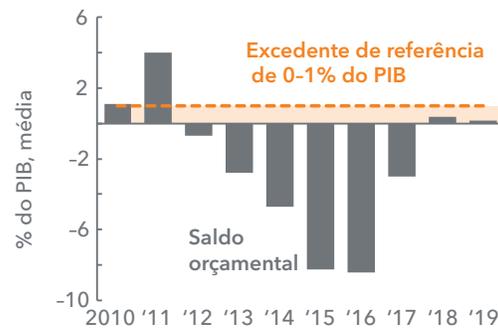
Os exportadores de petróleo da África Subsaariana tendem a gastar mais quando os preços do petróleo estão mais altos...

## Quanto é preciso economizar hoje...

Uma proteção de **3 anos** contra futuros choques dos preços do petróleo requer uma reserva **financeira de cerca de 5-10% do PIB...**



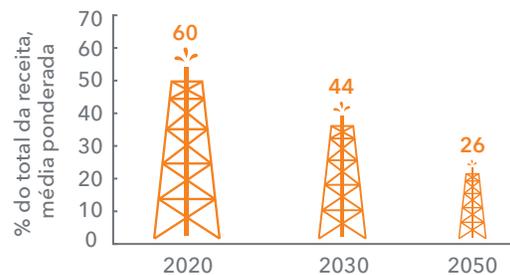
... o que equivale a um **excedente orçamental anual de até 1% do PIB** durante 10 anos



...o que faz com que não tenham poupanças suficientes para se protegerem contra choques dos preços do petróleo...

## ... para investir num futuro mais ecológico

- » **Gastos mais eficientes** + redes de segurança social + reformas dos subsídios
- » **A transição** para a energia limpa **reduzirá pela metade a receita do petróleo até 2050**, sendo necessário apoio internacional para que os países se adaptem



... numa altura em que se estima que as receitas do petróleo irão cair.

### Curto prazo: Proteger-se contra choques dos preços do petróleo ao...

- » Reduzir a dívida
- » Reforçar as reservas financeiras

### Longo prazo: Adaptar-se ao declínio permanente das receitas do petróleo

- » Proceder a uma transformação estrutural para abandonar os combustíveis fósseis

- » Promover a produção de energia renovável
- » Melhorar a governação, as instituições e o ambiente de negócios

## Referências

- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2012. “Macroeconomic Policy Frameworks for Resource-Rich Developing Countries.” IMF Policy Paper, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Parry, Ian, Simon Black e Nate Vernon. 2021. “Still Not Getting Energy Prices Right: A Global and Country Update of Fossil Fuel Subsidies.” IMF Working Paper 21/236, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

## NOTA ANALÍTICA

## ÁFRICA SUBSARIANA

Inovações em matéria de moeda digital  
na África Subsariana

OUT  
2022



**Digital Currency Innovations in Sub-Saharan Africa (Portuguese)**

October 2022 Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa Analytical Note

Habtamu Fuje, Saad Quayyum, Tebo Michelle Molosiwa (Departamento de África)<sup>1</sup>

*Edição portuguesa*

Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI  
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

**AVISO:** As notas analíticas do FMI visam divulgar rapidamente aos países membros e à comunidade em geral a análise sucinta da instituição sobre questões económicas críticas. As opiniões expressas nas notas analíticas do FMI são as dos autores e não representam necessariamente as opiniões do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção.

**CITAÇÃO RECOMENDADA:** Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022. “Inovações em matéria de moeda digital na África Subsariana.” *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Viver no limiar*, Washington, DC, outubro.

JEL Classification Numbers:	E44, E50, E58, G28, G53, O31, O32, O33
Keywords:	Financial inclusion; mobile money; CBDCs; cryptocurrency; regulations; macroeconomic and financial stability

<sup>1</sup> **AGRADECIMENTOS:** A edição de outubro de 2022 das notas analíticas referentes ao relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi elaborada pelos membros da Divisão de Estudos Regionais do Departamento de África, sob a supervisão de Aqib Aslam, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

# Inovações em matéria de moeda digital na África Subsaariana

A África Subsaariana está a assistir a um rápido desenvolvimento das moedas digitais – novas formas de moeda eletrónica que não exigem transferências físicas de numerário – como o lançamento da eNaira na Nigéria em 2021. Os decisores políticos estão a ponderar os benefícios e os riscos da utilização destes produtos para fornecer serviços financeiros aos seus cidadãos. A presente nota aborda três instrumentos – dinheiro móvel, moedas digitais do banco central (CBDC) e criptomoedas – que podem ser utilizados para liquidar transações e transferir fundos.

Os decisores políticos da região estão a explorar formas diferentes de disponibilizar serviços financeiros digitais para cumprir os principais objetivos de política (Figura 1). Muitas famílias da região não têm contas bancárias e têm um acesso limitado à tecnologia. Permitir-lhes transacionar digitalmente com tecnologia mínima poderá melhorar as suas vidas através de um maior acesso a serviços financeiros formais. Além disso, facilitar transações mais rápidas e mais baratas poderá estimular os ganhos de produtividade e reduzir o custo do envio de remessas, que é o mais elevado do mundo, ascendendo a cerca de 8% do montante transferido para a região. No entanto, os decisores políticos estão preocupados com o facto de as moedas digitais poderem ser utilizadas para transferir fundos ilegalmente para fora da região e comprometer a estabilidade financeira e macroeconómica, em especial na ausência de quadros regulamentares sólidos.

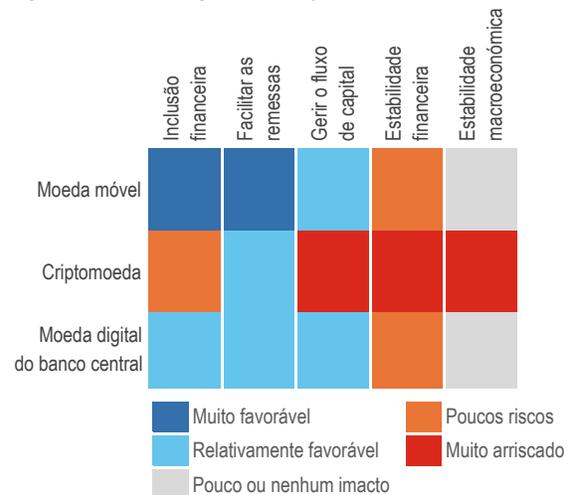
## O DINHEIRO MÓVEL CONTINUA A SER UM DOS MEIOS DIGITAIS MAIS PODEROSOS PARA MELHORAR O ACESSO FINANCEIRO

O dinheiro móvel emitido por prestadores privados tem estado na vanguarda da reconfiguração do acesso da região a financiamento, permitindo pagamentos e transferências digitais a baixos custos. Em quase todo o continente africano, os clientes podem abrir contas de dinheiro móvel associadas aos seus números de telefone e utilizá-las para transferir dinheiro, realizar pagamentos e trocar dinheiro móvel por numerário. Isto evita a necessidade de caixas automáticos pouco acessíveis e dispendiosos e elimina as idas aos bancos, que são muitas vezes difíceis para aqueles que se encontram nas zonas remotas de um país. Em 2021, existiam 606 milhões de contas de dinheiro móvel registadas na África Subsaariana, aproximadamente uma conta por adulto, e foram executadas transações no valor de 698 mil milhões de dólares.<sup>1</sup> Contudo, a

<sup>1</sup> No entanto, existem várias contas por pessoa e muitas contas inativas.

<sup>2</sup> As transferências transfronteiras com recurso a dinheiro móvel estão também a tornar-se cada vez mais comuns. O fornecedor de dinheiro móvel Orange, por exemplo, permite que os seus utilizadores em França enviem remessas a clientes da Orange Money na Côte d'Ivoire, na Guiné, em Madagáscar e no Mali. Os utilizadores da M-Pesa no Quênia também podem enviar fundos a clientes no Uganda.

Figura 1. Moedas digitais vs. objetivos de política



Fonte: cálculos do corpo técnico do FMI.

penetração do dinheiro móvel varia consideravelmente entre países, com a maior utilização no Quênia, sendo o M-Pesa pioneiro, e uma utilização significativa nos Camarões, na Côte d'Ivoire, no Gana, no Quênia, no Senegal e no Uganda.

A transação sem uma conta bancária ou acesso à Internet torna o dinheiro móvel particularmente útil para as famílias de baixos rendimentos. Uma pessoa numa cidade, por exemplo, pode enviar instantaneamente dinheiro a um familiar que reside numa aldeia remota utilizando as capacidades de mensagens de texto do telefone.<sup>2</sup> O dinheiro móvel pode também impulsionar a utilização de serviços financeiros formais. Por exemplo, os vendedores que fazem transações com a sua conta de dinheiro móvel criarão um historial de transações que pode posteriormente permitir o acesso a um empréstimo concedido por uma instituição financeira. Os utilizadores também podem poupar para tempos difíceis utilizando as suas contas de dinheiro móvel. Além disso, os acordos das empresas de telemóveis com vendedores

loais permitem que os clientes troquem dinheiro móvel por moeda local em áreas remotas. No entanto, a ausência de interoperabilidade entre os diferentes operadores móveis pode conduzir a múltiplas contas por utilizador e limitar a convertibilidade dos fundos entre fornecedores. Outros desafios incluem a proteção dos fundos dos consumidores contra ciberataques e a incapacidade esporádica de levantar fundos de contas de dinheiro móvel quando os fornecedores não dispõem de fundos suficientes (SFI 2017).

### **AS CBDC ALARGAM AS OPÇÕES DE PAGAMENTO DIGITAL E PODEM SER CONCEBIDAS PARA APOIAR O SETOR DO DINHEIRO MÓVEL**

Tal como as moedas fortes existentes, as CBDC de retalho são emitidas e integralmente garantidas pelos bancos centrais, podendo ser utilizadas para as transações quotidianas.<sup>3</sup> Tal como o dinheiro móvel, as CBDC podem permitir transações entre particulares, sem necessidade de acesso à Internet ou de contas bancárias, utilizando carteiras em dispositivos eletrónicos. As CBDC poderão também usar carteiras para visar e assegurar a prestação de transferências sociais às famílias elegíveis de uma forma mais fácil e mais barata. Nos casos em que o dinheiro móvel disponibilizado por vários fornecedores concorrentes não possa ser trocado por outra moeda, as CBDC podem ser concebidas para facilitar as transações entre diferentes fornecedores de dinheiro móvel.<sup>4</sup> As CBDC oferecem a possibilidade de transações financeiras transfronteiras mais eficientes e apoiam os esforços de integração regional. Por último, as CBDC poderão, potencialmente, impedir que os pagamentos de retalho sejam dominados por moedas de emissão privada, o que poderá comprometer o controlo do banco central sobre o sistema de pagamentos.

As CBDC colocam alguns desafios em termos de conceção e de implementação. Os possíveis obstáculos para uma adoção mais ampla de CBDC incluem a falta de identificação nacional ou digital de utilizadores em muitos países, a integridade financeira e os riscos

de cibersegurança, bem como a capacidade limitada dos bancos centrais neste domínio.<sup>5</sup> A experiência dos utilizadores também não pode estar sujeita a interrupções, registar um mínimo de falhas, sendo necessários recursos consideráveis para conceber, manter e operar o sistema.

Os bancos centrais também podem explorar abordagens alternativas às CBDC para facilitar os pagamentos digitais. Uma opção – designada de “CBDC sintética” – consiste nos bancos centrais reforçarem o dinheiro móvel, apoiando ou garantindo os respetivos depósitos e permitindo que os fornecedores de dinheiro móvel detenham reservas no banco central para compensar transações entre si e com outras instituições financeiras. Estas medidas também envolvem riscos e terão de ser combinadas com uma regulamentação e supervisão estreitas dos fornecedores, em especial se o setor do dinheiro móvel adquirir uma importância sistémica.

### **A UTILIZAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS, QUE ESTÁ A GANHAR DINAMISMO, JUSTIFICA UM ACOMPANHAMENTO E REGULAMENTAÇÃO ATENTOS DEVIDO AOS ELEVADOS RISCOS**

As criptomoedas de emissão privada podem ser utilizadas para a liquidação de transações comerciais ou para a transferência de fundos a nível nacional e transfronteiras, utilizando as novas tecnologias de livrorazão distribuído. O facto de a maioria destas transações ser difícil de rastrear pode ser atraente para os utilizadores que procuram o anonimato, incluindo para levar a cabo atividades ilegais. Ao contrário do dinheiro móvel e das CBDC, os valores de algumas criptomoedas podem flutuar, ao passo que outras são concebidas para manter a paridade face ao dólar. As transações de criptoativos na África Subsariana atingiram um máximo de 20 mil milhões de dólares por mês em meados de 2021, mas a tendência poderá ter-se invertido após a recente contração das criptomoedas.<sup>6</sup> Alguns países, em especial os que dispõem de setores de FinTech mais dinâmicos (África do Sul, Quênia e Nigéria), registaram uma utilização privada significativa, mas a sua adoção mais ampla na região é limitada.

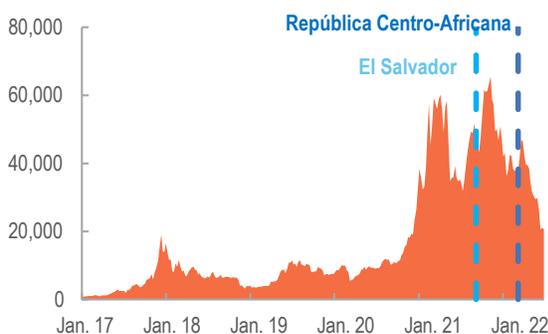
<sup>3</sup> Para além da eNaira na Nigéria, 11 bancos centrais nacionais na região estão a pilotar ou a analisar as CBDC. A União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) estão também a considerar as CBDC.

<sup>4</sup> As CBDC poderão ser concebidas para competir com o dinheiro móvel ou para facilitar a sua utilização. No Quênia, por exemplo, as autoridades estão a trabalhar com a M-Pesa para garantir que a CBDC planeada não exclui os operadores de dinheiro móvel, mas que, pelo contrário, melhoram a sua interoperabilidade.

<sup>5</sup> Por exemplo, a Nigéria tenciona disponibilizar a eNaira a pessoas sem contas bancárias (“não bancarizadas”), mas com uma identificação nacional para garantir que as carteiras não são totalmente anónimas de modo a cumprir a regulamentação em matéria de CBC/FT.

<sup>6</sup> Cálculo efetuado com base em dados da Chainalysis.

**Figura 2. Volatilidade das criptomoedas**  
(preço unitário da bitcoin em dólares)



Fontes: Yahoo Finance e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as linhas verticais mostram em que altura a República Centro-Africana e El Salvador adoptaram a Bitcoin como moeda com curso legal.

Embora as criptomoedas tenham sido indicadas para promover a inclusão financeira e apoiar as remessas, o seu histórico nestes domínios é limitado e pode representar riscos para a estabilidade macroeconómica e financeira. As criptomoedas privadas têm sido, em geral, utilizadas para fins especulativos, bem como para contornar as leis de controlo de capitais e proporcionar uma reserva de valor face à depreciação das moedas, mais do que para facilitar os pagamentos. Permitir que as pessoas com uma literacia financeira limitada possam negociar criptomoedas voláteis pode torná-las vulneráveis a grandes perdas. As criptomoedas podem também comprometer a soberania e a transmissão monetárias (Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial, outubro de 2021) e, na medida em que sejam aceites como pagamento e detidas pelos governos, a volatilidade dos preços pode minar a estabilidade das finanças públicas.<sup>7</sup> Por último, enquanto potenciais canais para fluxos ilícitos, os governos teriam dificuldade em controlar a sua utilização. É provável que estes riscos para a estabilidade macroeconómica, a gestão das finanças públicas e o financiamento de atividades ilegais sejam amplificados quando as criptomoedas são designadas como moeda com curso legal. Por exemplo, a República Centro-Africana decidiu recentemente adotar a bitcoin como uma moeda com curso legal e lançou a sua própria criptomoeda, o Sango, que não é garantida pelo banco central regional da união monetária.

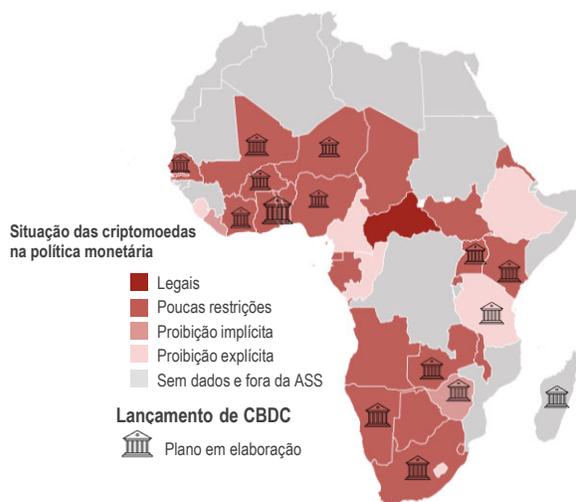
As inovações da moeda digital devem ser cuidadosamente consideradas e os países devem procurar orientação quando necessário. As circunstâncias e vulnerabilidades dos países devem servir de base às decisões de política:

- **Âmbito da supervisão e regulamentação para mitigar os riscos de instabilidade financeira e as ameaças à integridade financeira.** A utilização de moedas digitais pode aumentar o risco de desintermediação financeira, caso desencadeie levantamentos rápidos de fundos de contas bancárias comerciais. Além disso, as moedas digitais podem ser utilizadas para cometer crimes, tais como fraude informática, branqueamento do produto de outros crimes e o financiamento do terrorismo. As autoridades devem implementar medidas para mitigar o risco de tal utilização abusiva, inclusive através de um quadro eficaz para regulamentar e supervisionar estas atividades, e assegurar que podem investigar e processar os crimes envolvendo essas moedas digitais. Ademais, a descentralização torna as criptomoedas particularmente difíceis de regulamentar por comparação com o dinheiro móvel e as CBDC, e a sua volatilidade exige a proteção dos consumidores. Apenas um quarto dos países na região dispõe de qualquer tipo de regulamentação para as criptomoedas, enquanto dois terços já restringem a sua utilização, e um quinto proibiu-as totalmente (Figura 3).
- **Vulnerabilidade dos fluxos de saída de capital.** A utilização generalizada de criptomoedas e, em menor medida, a adoção transfronteiras de CBDC poderão abrir involuntariamente a conta de capital e ameaçar a estabilidade das taxas de câmbio. Com um maior número de países e organismos regionais interessados, será necessário estudar e abordar a interoperabilidade e as repercussões transfronteiras das CBDC. Considerando a dificuldade de regulamentar as criptomoedas, a sua utilização cria mais riscos de fluxos de saída de capital do que o dinheiro móvel e as CBDC.
- **Adesão a uma união monetária.** A adoção unilateral de criptomoedas como tendo curso legal num Estado-Membro da união (como na República Centro-Africana) representa uma violação da legislação da união, ter um impacto sistémico na estabilidade do regime monetário (ao agravar a dimensão e a volatilidade dos fluxos de capitais) e criar repercussões para outros membros. As CBDC regionais podem ser boas candidatas à facilitação das transações transfronteiras.

<sup>7</sup> É o caso de El Salvador, onde o governo detém 2 381 bitcoins, a maioria das quais foi comprada quando o preço era alto, o que conduziu a uma perda substancial de valor (Figura 2).

- **Capacidade do banco central.** O desenvolvimento de CBDC e a regulamentação de criptomoedas requer fortes capacidades técnicas. Num contexto de fraca capacidade, é provável que não seja possível realizar essas ações, comparativamente à expansão do dinheiro móvel (sobretudo nos países onde já existem meios para regulamentá-las).
- **Infraestruturas digitais apropriadas.** Para colher todos os benefícios das moedas digitais, os países têm de investir em redes móveis e na conectividade à Internet. Nos países com conectividade à Internet limitada, deve ser dada prioridade às moedas que podem operar sem a Internet, tais como o dinheiro móvel ou as CBDC com funcionalidades que funcionam offline.

**Figura 3. África Subsariana: Criptomoedas e CBDC, 2022**



Fonte: cálculos do corpo técnico

Nota: após testar duas CBDC nacionais e uma internacional, a África do Sul decidiu suspender o seu plano de lançamento das primeiras, mas a segunda poderá ser lançada daqui a 5 anos. ASS = África Subsariana; CBDC = moeda digital do banco central.

# INOVAÇÕES EM MATÉRIA DE MOEDA DIGITAL NA ÁFRICA SUBSARIANA

As moedas digitais são populares na África



**698 mil milhões de USD**

montante das transações de dinheiro móvel



**12** bancos centrais nacionais e **2** bancos regionais ponderam usar CBDC



**20 mil milhões de USD**

montante das transações de criptomoedas em maio de 2021 (pico)

... e existem vários instrumentos de pagamento digital

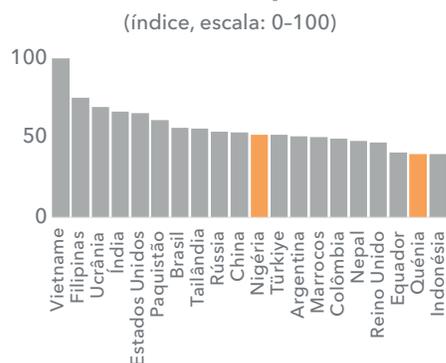
## Contas de dinheiro móvel registadas



## Estado de evolução da moeda digital dos bancos centrais



## 20 principais países utilizadores de criptomoedas



As CBDC e o dinheiro móvel oferecem mais benefícios e menos risco do que as criptomoedas

### ⚠ RISCOS

- » Saídas de capital
- » Instabilidade financeira
- » Instabilidade macroeconómica



### ✅ BENEFÍCIOS

- » Eficiência de pagamento
- » Inclusão financeira
- » Facilitação das remessas

## As medidas políticas adotadas devem basear-se no contexto específico de cada país

- » Reforço da supervisão e da regulamentação para mitigar os riscos de instabilidade financeira e as ameaças à integridade financeira
- » Vulnerabilidade dos fluxos de saída de capital
- » Compatibilidade com a legislação que rege a participação do país na União Monetária
- » Capacidade do banco central
- » Existência de infraestruturas digitais adequadas

## Referências

Adrian, Tobias. 2019. Stablecoins, Central Bank Digital Currencies, and Cross-Border Payments: A New Look at the International Monetary System. Conferência do FMI-Swiss National Bank, Zurique, maio de 2019.

International Finance Corporation. 2017. Liquidity Management for Mobile Money Providers: Insights from Global Experiments. Washington, DC.